

Princípios gerais do Direito Processual

Daniel Schreinert Sombrio

Faculdade Antonio Meneghetti (AMF)

Resumo: Este breve artigo aborda sinteticamente e de uma maneira diferenciada os principais princípios gerais do direito processual, bem como tece algumas considerações relevantes acerca dos mesmos como gênero normativo.

Palavras-chaves: Princípios; Direito; processo; conceito; realidade.

Abstract: This brief article discusses in a summary form the main general principles of procedure law, as well as make a few relevant considerations about the same as gender normative.

Key-words: Principles; Law; procedure; concept; reality.

176

1 Introdução

É comum observar, por parte dos estudantes de Direito, certa dificuldade de compreensão dos princípios gerais do processo. Segundo minha visão, a maneira como esses princípios são geralmente trazidos nos livros contribuem para uma compreensão mais dificultosa, não porque a explicação esteja errada, mas porque faltam premissas lógico-didáticas que nem sempre os estudantes possuem. Além disso, quase sempre se repetem os conceitos sem que sejam enfrentadas certas contradições, no que esse breve artigo busca enfrentar, utilizando, para tanto, uma linguagem bem direta e indo direito ao ponto considerado crucial para

a compreensão do princípio. Esse artigo não substitui os aprofundamentos que se encontram nos manuais, mas serve apenas para contribuir na aquisição daquela premissa lógico-didática acima referida.

2 Princípios Gerais do Direito Processual

Princípio do devido processo legal. É um princípio que, dependendo de como é entendido, pode abranger todos os demais princípios, pois quer significar que o processo deve respeitar a lei, em sentido amplo, isto é, todas as normas jurídicas. É um princípio simples e elástico, podendo servir de cláusula geral, ou conceito jurídico

indeterminado, para aplicar a justiça no caso concreto. De forma abstrata, ele permanece um tanto quanto vago, ou aparentemente simplista, mas ganha contornos concretos quando é aplicado em determinada situação, em que a argumentação é desenvolvida. É comum qualificar esse princípio, subdividindo-o em dois, em formal e material. O devido processo legal formal estaria fazendo referência às regras formais, de cunho mais procedimental e expressas na legislação. O devido processo legal material, ou substancial, seria algo além das simples regras formais, mas abrangeria também normas implícitas ou de caráter dito substancial, que se contrapõe à forma. Ou seja, significa que a observância das formas, por si só, não significa que não possa haver ofensa ao princípio, na vertente substancial, levando em conta o conteúdo e a realidade de forma mais ampla. Nesse sentido, o princípio protege o processo de simulações, situações formalmente corretas, mas que ferem algum valor, princípio ou mesmo o bom-senso ou a boa prática processual.

Princípio da isonomia. Está fortemente atrelado ao modelo de Estado Democrático, significando que todos são iguais perante a lei. Também nesse princípio faz-se referência à uma isonomia, ou igualdade, em sentido material ou substancial, e não apenas formal. Dessa forma, se entende que a lei não deve ter apenas uma atitude passiva, mas também ativa, promovendo a igualdade concreta. Também se afirma, com base na igualdade material, que os desiguais devem ser tratados desigualmente, e os iguais igualmente. Segundo o rigor lógico, esse princípio traz perplexidade. Primeiro porque, na prática, a legislação e a realidade é

repleta de diferenças, e as pessoas são tratadas diferentemente, posto que seria inadequado tratar todos igualmente. Então se diz que as pessoas devem ser tratadas na medida de suas desigualdades. Ou seja, é um princípio que por si só não significa muita coisa, pois tudo dependerá das desigualdades consideradas no caso em que o princípio é invocado. Por trás desse princípio está fortemente presente o ideal perseguido pela sociedade de inexistência de classes sociais, supostamente injustas ou maléficas. Isso, porém, é o que predomina na aplicação desse princípio, mas ele por si só não veicula necessariamente um conteúdo de abolição de classes sociais. Uma leitura que se pode fazer dele é no sentido de que se busca evitar privilégios desmedidos. No processo, significa que o juiz não deve favorecer nenhuma das partes, a não ser que haja uma razão jurídica para isso. No fim, conforme dito, não é tão relevante buscar entender o sentido desse princípio, pois de tão elástico que é, pode conter o contrário de si mesmo, naquele jogo de palavras de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais.

Princípio do juiz natural. Natural, aqui, quer significar legal, ou seja, segundo o que previsto na legislação. Dessa forma, significa que para cada situação concreta, já existe, previamente, um determinado juiz que irá julgá-la, de forma a evitar escolha do juiz posterior ao fato, o que traria contornos de um tribunal ou juízo de exceção. O tribunal de exceção é justamente a contraposição ao juiz natural. Tribunal de exceção é aquele criado posteriormente ao fato a ser julgado, o que, por essa razão, possibilita uma criação tendenciosa. O valor da

segurança jurídica, que pode ser traduzido como previsibilidade, está especialmente presente nesse princípio do juiz natural.

Princípio da imparcialidade do juiz. Significa que o juiz não deve manifestar sua decisão antes do momento previsto para tanto, bem como que o juiz deve tratar as partes isonomicamente, ou imparcialmente, ou seja, sem ser tendencioso para uma das partes do processo. Juiz imparcial seria aquele que não tem interesse pessoal no deslinde da causa, sendo-lhe indiferente, *a priori*, o resultado do processo, de forma a poder julgá-lo segundo o Direito, que a princípio não abrange os interesses pessoais do juiz. Isso não significa que o julgador não tenha ou não possa ter preferências ou mesmo ser parcial, mas significa que não deve se deixar influenciar por isso na condução e julgamento do processo, o que é possível fazer, dependendo da capacidade intelectivo-emotiva do juiz. Para se entender esse princípio, interessante considerar que o juiz, nessa qualidade, é um agente do Estado e manifesta uma vontade do Estado, e não uma vontade sua pessoal, ou ao menos assim reputa-se que deve ser. A vontade do Estado seria, conceitualmente, imparcial. No fundo, porém, não se deve querer levar ao extremo esse princípio, querendo mais significa aquilo que inicialmente adiantado, ou seja, de que o juiz não deve adiantar sua decisão, ainda que já a tenha intuído, como ocorre muitas vezes. Nesse aspecto, interessante ressaltar que o sistema jurídico ainda não entende a intuição do julgador, buscando mesmo afastá-la, com receio de arbitrariedade.

Princípio do contraditório. Ao lado do princípio do devido processo legal é considerado um dos mais

relevantes para o processo. Contraditório não significa que existe contradição no processo. Quer dizer que, ao que uma das partes afirma, deve-se oportunizar que a parte contrária diga o contrário. Aprofundando-se no princípio, também se afirma que deve haver possibilidade de a parte, qualquer delas, contradizer o juiz, não em sentido de interpor um recurso, mas no sentido de que o juiz deve manifestar sua decisão de uma forma tal que seja possível contradizê-la. Isso, na verdade, se identifica com o princípio da motivação, segundo o qual toda decisão deve ser devidamente motivada. Ou seja, não apenas motivada, mas devidamente motivada, e o devidamente está relacionado com a possibilidade de contradizê-la.

Princípio da inafastabilidade da jurisdição. Diz-se que o Poder Judiciário é inafastável, de forma que seria ilegal uma lei que excluísse determinada lesão a um direito de reparação ou socorro judicial. O princípio é de um ponto de vista contraditório, pois se existisse uma lei afastando determinada lesão ou ameaça de lesão da apreciação do Poder Judiciário, então é porque não haveria, propriamente, uma lesão ilegal, mas uma lesão, considerada pelo ordenamento, conforme o Direito. Também, aqui, porém, deve-se buscar o sentido mais imediato do princípio, sem querer leva-lo às últimas consequências lógicas, ou de uma certa forma de lógica. No fundo, significa que independentemente de previsão legal, todo interessado pode comparecer em juízo e pleitear o que entende devido, sendo que o juiz decidirá.

Princípio da publicidade. Esse princípio já é de mais fácil compreensão. Significa que toda decisão deve ser

pública, contrapondo-se ao segredo. Regra geral, público se refere a todas as pessoas, mesmo aquelas não envolvidas no processo. Aliás, o processo em si mesmo é, regra geral, público, isto é, acessível a quem quer que seja, pois nada haveria para se esconder. Todavia, a lei permite ao juiz decretar o sigilo judicial em qualquer processo, desde que, segundo ele, haja interesse público na medida. É uma regra bastante conveniente, pois há casos mesmo que é melhor ser julgado em segredo de justiça. De toda forma, na raiz do princípio, está a regra de que, com relação às partes, toda decisão deve ser pública. Não só o conteúdo da decisão deve ser acessível, pública, mas também, em órgãos colegiados, deve ser pública a posição de cada julgador. Feriria esse princípio caso se permitisse o voto secreto no julgamento de determinado caso, ainda que a decisão fosse posteriormente acessível.

Princípio da motivação. O princípio da motivação foi parcialmente adiantado na explicação do princípio do contraditório. As decisões devem ser devidamente motivadas, isto é, motivadas segundo a persuasão racional, não podendo ser motivadas de forma a impedir que as mesmas sejam contra-argumentadas. Por exemplo, se a motivação é “porque assim desejo”, não há como contradizê-la. Mas, se a decisão é “porque aconteceu isso, porque o sentido da norma é esse, por isso, por aquilo, etc.”, então haverá motivação dita racional, cujo segredo para se entender é justamente essa possibilidade de contradição. Aqui, também, é importante bom-senso, pois uma decisão judicial não é um preceito lógico, mas a solução justa para um litígio entre pessoas, dada segundo a Justiça. Essa

ressalva é importante para evitar que se identifique o Direito com um sistema exclusivamente lógico-normativo, como se o juiz fosse um computador a aplicar mecanicamente regras jurídicas. Mesmo porque, parece difícil imaginar que um computador seria capaz de aplicar conceitos jurídicos indeterminados, valores, princípios implícitos, bom-senso e tudo o mais que faz parte do subjetivo humano.

Princípio da economia processual. O princípio da economia processual é uma lembrança de que o processo existe por uma razão, e assim não faz sentido considerar o processo pelo processo; é necessário ter uma economia. Nesse sentido, é possível ao juiz adequar o procedimento ao caso concreto, ou ainda, no que ainda é mais comum, desconsiderar mesmo certas irregularidades, de pequeno vulto, diz-se “que não causarem prejuízo”, prosseguindo com o processo, não obstante tais irregularidades. Por essa razão é que o princípio da economia processual está bastante relacionado com a teoria das nulidades processuais, que busca justamente explicar essa questão de desconsiderar certas irregularidades a bem do processo.

3 Considerações Finais

Como é possível notar, não existe uma separação muito rígida entre os princípios, sendo esse fato absolutamente normal e da própria natureza dos princípios jurídicos. Em sentido lógico, todos os princípios têm origem comum na Justiça, e a Justiça é algo unitário e completo, que existe independentemente de ser bem descrita ou não. Portanto, os princípios são uma

tentativa de descrição científica da realidade. Justiça, uma realidade empírico-espiritual, não em sentido religioso, mas em sentido da subjetividade humana, contrapondo-se ao que é exclusivamente material. Empírico porque existe ainda que nada se digna a respeito dela. Não é, portanto, pura criação, como se pudesse ser de qualquer forma. Se é criação, é criação conforme a algo que existe. Nesse sentido é que se empregou o adjetivo pura. Tudo vai depender do que se diz a respeito de algo. Os conceitos que se fazem da realidade não existem da mesma forma como a realidade existe. Os conceitos são bons na medida em que bem descrevem a realidade, que é da forma como é, ainda que o conceito esteja errado. Importante entender essa distinção entre conceito e realidade a ser conceituada. No fundo, de real, só existe mesmo a realidade em si mesma, de forma que não se deve depositar muita confiança nos conceitos, que são sempre relativos e buscam descrever, dentro da linguagem e da lógica racional, uma realidade. Deve-se, porém, ter cuidado para não cair num indesejável niilismo linguístico, a negar qualquer validade ou realidade aos conceitos, pois eles funcionam na prática, quer dizer, contribuem para compreensões e mudanças concretas.

Autor:

Daniel Schreinert Sombrio: advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina – OAB/SC sob o nº 30.052, pós-graduado *lato sensu* em Direito Processual Civil pela Academia Brasileira de Direito Processual Civil-ABDPC; pós-graduando Especialização em Gestão do Conhecimento e o Paradigma Ontopsicológico, pela Faculdade Antonio Meneghetti (AMF).